

MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II
PARA O 28º DIA MUNDIAL
DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS 1994
«Televisão e família: critérios para saber ver»

Caros irmãos e irmãs!

Nos últimos decênios, a televisão revolucionou as comunicações, influenciando profundamente a vida familiar. Hoje, a televisão é uma fonte primária de notícias, de informações e de distração para inúmeras famílias, a ponto de modelar as suas atitudes e as suas opiniões, os seus valores e os protótipos de comportamento.

A televisão pode enriquecer a vida familiar. Pode unir entre si, mais estreitamente, os membros da família, e promover a sua solidariedade para com outras famílias e para com a mais vasta comunidade humana; pode fazer crescer neles não só a cultura geral, mas também a religiosa, permitindo que escutem a Palavra de Deus, reforcem a própria identidade religiosa e nutram a própria vida moral e espiritual.

A televisão pode, também, prejudicar a vida familiar; difundindo valores e modelos de comportamento falseados ou degradantes, divulgando pornografia e imagens de violência brutal; inculcando o relativismo moral e o ceticismo religioso; espalhando notícias distorcidas ou informações manipuladas sobre fatos e problemas da atualidade; transmitindo publicidade exploratória ligada aos mais baixos instintos; exaltando falsas visões da vida que impedem a atuação do respeito mútuo, da justiça e da paz.

A televisão pode ainda ter efeitos negativos sobre a família mesmo quando os programas não são, de per si, moralmente criticáveis: ela pode induzir os membros da família a se isolarem no seu mundo privado, tirando-a dos autênticos relacionamentos interpessoais, e também dividir a família, afastando os pais dos filhos e os filhos dos pais.

Uma vez que a renovação moral e espiritual da família humana na sua plenitude deve fundar-se na autêntica renovação de cada família, o tema do Dia Mundial das Comunicações Sociais de 1994 — “Televisão e família: critérios para saber ver” — é particularmente apropriado, sobretudo neste Ano Internacional da Família, durante o qual a comunidade mundial está buscando como dar novo vigor à vida familiar.

Nesta mensagem, desejo especialmente ressaltar as responsabilidades dos pais, dos homens e mulheres da indústria televisiva, as responsabilidades das autoridades públicas e dos que cumprem os seus deveres pastorais e educativos na Igreja. Está em suas mãos o poder de fazer da televisão um meio sempre mais eficaz para ajudar as famílias a desempenhar o próprio papel, que é o de formar uma força de renovação moral e social.

Deus investiu os pais da grave responsabilidade de ajudar os filhos a “buscar a verdade e a viver em conformidade com ela, a buscar o bem e a promovê-lo”. (*Mensagem para celebração do Dia da Paz, 1991*, n. 3) Os pais têm ainda o dever de levar os filhos a apreciar “tudo o que é verdadeiro, digno de respeito ou justo, puro, amável ou honroso” (*Fl* 4,8).

Portanto, além de ser espectadores que podem discernir por si só, os pais deveriam contribuir ativamente para formar nos próprios filhos, ao assistir a televisão, hábitos que levem a um sadio desenvolvimento humano, moral, religioso. Os pais deveriam, com antecedência, informar os próprios filhos sobre o conteúdo dos programas e fazer, conseqüentemente, a escolha consciente para o bem da família, sobre o que ver ou o que não ver. Neste sentido, podem ajudar as recensões e os juízos fornecidos por organismos religiosos e por outros grupos responsáveis, como também programas educativos propostos pelos meios de comunicação social. Os pais deveriam também discutir sobre a televisão com os próprios filhos, fazendo com que tenham condição de controlar a quantidade e a qualidade dos programas que assistem e de perceber e julgar os valores éticos que estão na base de certos programas, uma vez que a família é “o veículo privilegiado para a transmissão dos valores religiosos e culturais que ajudam a pessoa a conquistar a própria identidade” (*Mensagem para celebração do Dia da Paz, 1994*, n. 2).

Formar os hábitos dos filhos pode, por vezes, querer simplesmente significar apagar o televisor, porque há coisas melhores a se fazer, ou porque a consideração para com os outros membros da família o exige, ou

porque a assistência indiscriminada da televisão pode ser prejudicial. Os pais que usam habitualmente e por tempo prolongado a televisão como uma espécie de babá eletrônica, abdicam do seu papel de primeiros educadores dos próprios filhos. Esta dependência da televisão pode privar os membros da família da oportunidade de interagir mutuamente através da conversa, das atividades e da oração comuns. Os pais sábios são, além disso, conscientes de que também os bons programas devem ser completados por outras fontes de informação, entretenimento, educação e cultura.

Para garantir que a indústria da televisão respeite os direitos da família, os pais deveriam expressar suas legítimas preocupações aos produtores e aos responsáveis pelos meios de comunicação social. Às vezes será útil unir-se a outros, formando associações que representem os seus interesses, em relação aos meios de comunicação, aos financiadores, aos patrocinadores e às autoridades públicas.

Os que trabalham para a televisão — “managers” e funcionários, produtores e diretores, autores e pesquisadores, jornalistas, personagens do elenco e técnicos —, todos têm graves responsabilidades morais para com as famílias, que são a grande parte do seu público. Na sua vida profissional e pessoal, os que trabalham no setor televisivo deveriam colocar todo empenho nos relacionamentos com a família, considerada como fundamental comunidade social de vida, de amor e solidariedade. Reconhecendo a capacidade de persuasão da estrutura junto a qual trabalham, deveriam fazer-se promotores de autênticos valores espirituais e morais, e evitar “tudo o que pode ofender a família em sua existência, em sua estabilidade, em seu equilíbrio e em sua felicidade [...] quer se trate de erotismo ou de violência, de apologia do divórcio ou de atitudes anti-sociais dos jovens” (Paulo VI, *Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, 1969*, n. 2)

A televisão tem, freqüentemente, a oportunidade de tratar de assuntos sérios: a fraqueza humana e o pecado, e as suas conseqüências para os indivíduos e a sociedade; as fraquezas das instituições sociais, inclusive os governos e a religião; as interrogações fundamentais sobre o significado da vida. A televisão deveria tratar estes temas de forma responsável, sem sensacionalismos, com uma preocupação sincera pelo bem da sociedade e um respeito escrupuloso pela verdade. “A verdade vos tornará livres” (Jo 8,32), disse Jesus; e toda verdade tem o seu fundamento em Deus, que é também a fonte da nossa liberdade e da nossa capacidade criativa.

No desempenho das próprias responsabilidades, a indústria da televisão deveria desenvolver e observar um código de ética que incluísse o empenho de satisfazer as necessidades das famílias e de promover valores para sustento da vida familiar. Os conselhos também, formados por membros da indústria da televisão e por representantes dos usuários dos meios de comunicação de massa, são um modo desejável de tornar a televisão mais sensível às necessidades e aos valores dos usuários. Os canais de televisão, geridos pela indústria da televisão pública ou privada, são um instrumento público a serviço do bem comum; não são somente um terreno marcado por interesses comerciais ou um instrumento de poder ou de propaganda para determinados grupos sociais, econômicos ou políticos; existem para servir ao bem-estar de toda a sociedade.

A família, como célula fundamental da sociedade, merece, portanto, ser assistida e defendida com medidas apropriadas por parte do Estado e das outras instituições (*Mensagem para celebração do Dia da Paz, 1994*, n. 5). Isto ressalta a responsabilidade que cabe às autoridades públicas quanto à televisão.

Reconhecendo a importância de um livre intercâmbio de idéias e de informações, a Igreja sustenta a liberdade de expressão e de imprensa (cf. *Gaudium et spes*, n. 59). Ao mesmo tempo, insiste no fato que “deve ser respeitado o direito de cada um, das famílias e da sociedade, à privacidade, à decência pública e à proteção dos valores fundamentais da vida” (Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais, *Pornografia e violência nos meios de comunicação: uma resposta pastoral*, n. 21.) As autoridades públicas são convidadas a fixar e a fazer respeitar modelos éticos razoáveis para a programação, que promovam os valores humanos e religiosos sobre os quais se baseia a vida familiar e que façam desprestigiar tudo o que é prejudicial; as autoridades deveriam, além disso, promover o diálogo entre a indústria da televisão e o público, fornecendo estruturas e ocasiões para que isso possa acontecer.

Os organismos religiosos, por sua vez, podem prestar um serviço excelente às famílias instruindo-as sobre os meios de comunicação social e oferecendo-lhes opiniões sobre filmes e programas. As organizações eclesiais de comunicação social podem também ajudar as famílias, onde houver recursos disponíveis, produzindo e transmitindo programas para a família ou promovendo este tipo de programação. As Conferências Episcopais

e as dioceses deveriam inserir forçosamente no seu programa pastoral para as comunicações sociais a “dimensão familiar” da televisão (*Aetatis novae*, nn. 21 e 23).

Trabalhando para apresentar uma visão da vida para um vasto público que compreende crianças e adolescentes, os profissionais da televisão têm a possibilidade de valer-se do ministério pastoral da Igreja, que pode ajudá-los a valorizar os princípios éticos e religiosos, e conferir um significado pleno à vida humana e familiar: “Programas pastorais que respondam exatamente às condições particulares de trabalho e aos desafios éticos, com os quais se defrontam os profissionais da comunicação. Com efeito, estes programas pastorais deveriam comportar uma formação permanente, que possa ajudar estes homens e estas mulheres — muitos dos quais desejam sinceramente saber e praticar o que é justo no campo ético e moral — a estarem cada vez mais impregnados de critérios morais, tanto no setor profissional como na vida privada” (*ibidem*, n. 19). A família, baseada no matrimônio, é uma comunhão única de pessoas, constituída por Deus como “núcleo natural e fundamental da sociedade” (*Declaração Universal dos Direitos do Homem*, art. 16, 3). A televisão e os outros meios de comunicação social têm um poder imenso para sustentar e reforçar esta comunhão no interior da família, a solidariedade para com outras famílias e o espírito de serviço para com a sociedade.

A Igreja — que é comunhão na verdade e no amor de Jesus Cristo, Palavra de Deus —, agradecida pela contribuição que a televisão, como meio de comunicação, tem dado e pode dar a esta comunhão no interior da família e entre as famílias, aproveita a oportunidade do Dia Mundial das Comunicações Sociais para encorajar as mesmas famílias, os que trabalham nos meios de comunicação social e as autoridades públicas a realizar plenamente o nobre mandato de sustentar e reforçar a primeira e mais vital “célula” da sociedade, a família.

Cidade do Vaticano, 24 de Janeiro de 1994.

PAPA JOÃO PAULO II

Copyright © Libreria Editrice Vaticana